

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 911.123 - MG
(2016/0110422-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : GASPAR DE FARIA
ADVOGADOS : RICARDO ALVES MOREIRA - MG052583
ISMAIL ANTÔNIO VIEIRA SALLES E OUTRO(S) -
MG079511
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por GASPAR DE FARIA contra decisão monocrática de minha lavra, assim ementada:

TRIBUTÁRIO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. TERMO INICIAL. ART. 173, I CTN. RESP 973.733/SC (RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA). DECISÃO DE FLS. 394/401 RECONSIDERADA PARA CONHECER DO AGRADO E DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL.

2. A parte embargante alega, em síntese, que a decisão embargada não analisou a tese de prescrição do crédito tributário.

3. Não foi apresentada impugnação (fls. 454).

4. É o relatório.

5. Os Embargos de Declaração não merecem acolhimento.

6. Verifica-se que a decisão embargada não padece de

quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, porquanto decidiu toda a questão posta em debate, com a devida fundamentação, coerência e clareza, nos limites necessários ao deslinde do feito.

7. Cumpre esclarecer que o art. 1.022 do Código Fux é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; destinam-se a suprir omissão, esclarecer obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado, ou corrigir erro material.

8. No caso em apreço, não se constata a presença de qualquer vício a macular a decisão embargada, que, de forma clara e expressa, e consoante a lide apresentada a este Tribunal, concluiu pela inexistência de decadência do crédito tributário, com a determinação de retorno dos autos à origem para dar continuidade à Execução Fiscal. Registre-se que, por ser matéria de ordem pública, a parte interessada pode alegar a ocorrência da prescrição na instância ordinária, o que não é permitido nesta via excepcional, diante do necessário prequestionamento da matéria, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte.

9. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos e não podem ser ampliados.

10. Pelo exposto, rejeitam-se os Embargos Declaratórios opostos pelo Particular.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR